

LEGIS SEMAS

BOLETIM DE INFORMAÇÕES LEGISLATIVAS



APRESENTAÇÃO

O Legis Semas é um projeto de comunicação social de iniciativa do Núcleo de Estudos Legislativos (NEL) da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAs), que tem a responsabilidade institucional de divulgar, periodicamente, as mais recentes e relevantes normas publicadas e alteradas no trato das matérias ambientais, administrativas e outras de interesse da Secretaria, com o objetivo de fornecer maior visibilidade e acesso às informações legislativas de âmbito estadual e federal. Além disto, visa comunicar cursos, seminários e eventos que estão ocorrendo no período de cada edição e, ainda, indicar e-books, filmes, documentários, livros e outras publicações disponíveis, sempre de forma gratuita, em busca da transmissão de conhecimentos e acesso à informação, alinhado ao objetivo 16, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

**No momento, o informativo está adaptado em atenção à legislação eleitoral e ao Manual de Orientação - Eleições 2022 da Procuradoria Geral do Estado - PGE/PA, com a exclusão das seções Fique de Olho e NEL Indica.*

SOBRE O NEL

O Núcleo de Estudos Legislativos (NEL) é responsável por desenvolver estudos legislativos, analisar e/ou elaborar minutas de normas a fim de subsidiar a atuação da SEMAs, do Conselho Estadual de Meio Ambiente e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, inserir e atualizar as normas no endereço eletrônico da SEMAs, emitir manifestação técnica legislativa dos atos normativos da SEMAs e de outros órgãos da administração direta e indireta, atender o público interno e externo sobre demandas legislativas, revisar atos normativos de competência da SEMAs e divulgar as mais recentes e relevantes normas publicadas, além de alterações legislativas ambientais e administrativas por meio de informativo periódico.

A equipe do NEL é composta pelos seguintes servidores:

Rebeca Monteiro Reitz - Consultora jurídica e Coordenadora;

Andressa Dourado R. S. de Carvalho - Advogada;

Camila Oliveira N. Veloso - Técnica em Gestão Pública/Administração;

Daniela Rodrigues De Nardi - Estagiária;

Kelly Isabel Pereira Pereira - Estagiária;

João Carlos Salgado Craveiro - Estagiário.

.....

Este informativo é de responsabilidade do NEL/SEMAs-PA

Responsável: Rebeca Reitz

Revisão: Rebeca Reitz e Kelly Isabel Pereira Pereira

Email: nel@semas.pa.gov.br

Projeto Visual e Diagramação: NEL/SEMAs

Fotos: Agência Pará

Apoio: ASCOM/SEMAs

CARTA AO LEITOR



Nesta 85ª edição do LEGIS SEMAS, destaca-se, em âmbito Federal, a publicação da LEI nº 14.443, de 2 de setembro de 2022, que altera a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, para determinar prazo para oferecimento de métodos e técnicas contraceptivas e disciplinar condições para esterilização no âmbito do planejamento familiar.

Importante ressaltar a publicação da PORTARIA SPA/MAPA nº 289, de 12 de setembro de 2022, que aprova o Zoneamento Agrícola de Risco Climático - ZARC para a cultura do Algodão Herbáceo no estado do Pará, ano-safra 2022/2023. Ademais, merece destaque a PORTARIA MMA/IBAMA nº 91, de 14 de setembro de 2022, que estabelece normas, critérios e padrões para exportação e importação de peixes de águas continentais, marinhas e estuarinas, com finalidade ornamental e de aquariofilia.

Já na esfera estadual, destaca-se a publicação da LEI nº 9.693, de 6 de setembro de 2022, que dispõe sobre o Dia Estadual de Defesa dos Direitos e Prerrogativas dos Advogados. Como também, a MENSAGEM GG nº 074, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022, que comunica, nos termos do art. 108, § 1º, da Constituição Estadual, o veto integral do Projeto de Lei nº 203/21, que “Estabelece multas e sanções administrativas a quem praticar maus-tratos contra animais no âmbito do Estado do Pará”.

Em âmbito municipal, destaca-se a publicação do DECRETO nº 105.122, de 08 de setembro de 2022, que declara luto oficial em razão das mortes registradas pelo naufrágio da embarcação “Dona Lourdes II”, ocorrido nas proximidades da praia da Saudade, na ilha de Cotijuba, em Belém.

Boa leitura!

Rebeca Reitz

Coordenadora

NORMAS FEDERAIS



LEI nº 14.443, de 2 de setembro de 2022. Altera a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, para determinar prazo para oferecimento de métodos e técnicas contraceptivas e disciplinar condições para esterilização no âmbito do planejamento familiar.

LEI nº 14.445, de 2 de setembro de 2022. Altera a Lei nº 13.703, de 8 de agosto de 2018, que institui a Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas.

LEI nº 14.446, de 2 de setembro de 2022. Altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, que institui a contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas.

DECRETO nº 11.187, de 5 de setembro de 2022. Altera o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, para incluir exigências dos atos normativos sobre imposição de licenças ou de autorizações como requisito para importações ou para exportações de mercadorias, de que trata o § 3º do art. 10 da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021.

DECRETO nº 11.188, de 5 de setembro de 2022. Promulga a Emenda à Convenção sobre a Proteção Física do Material Nuclear, adotada pela República Federativa do Brasil, em Viena, em 2005.

DECRETO nº 11.195, de 8 de setembro de 2022. Dispõe sobre o Programa Nacional de Segurança da Aviação Civil contra Atos de Interferência Ilícita - PNAVSEC.

DECRETO nº 11.197, de 15 de setembro de 2022. Altera o Decreto nº 9.406, de 12 de junho de 2018, que regulamenta o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, a Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978, a Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989, e a Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017, e o Decreto nº 10.965, de 11 de fevereiro de 2022.

DECRETO nº 11.200, de 15 de setembro de 2022. Aprova o Plano Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas.



NORMAS FEDERAIS



RESOLUÇÃO MDR/SDA/CD nº 99, de 15 de agosto de 2022. Diretrizes e Prioridades do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) - exercício 2023.

RESOLUÇÃO MDR/SDA/CD nº 100, de 15 de agosto de 2022. Diretrizes e Prioridades do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) - Exercício 2023.

RESOLUÇÃO MMFDH/SNPM nº 6, de 30 de agosto de 2022. Instituir Grupo de Trabalho para analisar projetos de Lei em tramitação no Congresso Nacional que tratem sobre direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e temas correlatos com a finalidade de emitir pareceres a serem submetidos à Câmara Técnica de Legislação e Normas e ao Pleno do CNDM, dando preferência para os Projetos de Lei que estão pautados para votação.

RESOLUÇÃO MMFDH/SNPM nº 7, de 30 de agosto de 2022. Instituir Grupo de Trabalho com a finalidade de estudar e propor as manifestações e posicionamentos do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher sobre "atos e normativas referentes a direitos sexuais e direitos reprodutivos de mulheres no âmbito do Ministério da Saúde."

RESOLUÇÃO CGRC/MTUR nº 4, de 5 de setembro de 2022. Aprova a Metodologia de Gestão de Riscos do Ministério do Turismo.

RESOLUÇÃO CSAGU/AGU nº 7, de 5 de setembro de 2022. Altera os critérios disciplinadores dos concursos públicos de provas e títulos destinados ao provimento de cargos de Advogado da União e de Procurador da Fazenda Nacional de 2ª Categoria das respectivas Carreiras da Advocacia-Geral da União.

RESOLUÇÃO MME/ANP nº 884, de 5 de setembro de 2022. Institui o livro de movimentação de combustíveis para a revenda varejista de combustíveis automotivos.

RESOLUÇÃO MCTI/CNEN nº 295, de 8 de setembro de 2022. Estabelecer para o exercício de 2022, as seguintes cotas para a exportação dos elementos de interesse para a energia nuclear, sob a forma de minerais, minérios e concentrados:

RESOLUÇÃO PR/GSI/ nº 19, de 13 de setembro de 2022. Dispõe sobre a constituição de grupo de trabalho, no âmbito do Comitê de Articulação nas Áreas de Segurança e Logística do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro, para elaborar a fase III do processo de avaliação de ameaças ao Programa Nuclear Brasileiro.



NORMAS FEDERAIS



RESOLUÇÃO MMA/CGEN nº 30, de 14 de junho de 2022. Prorroga o prazo de duração da Câmara Temática, em caráter temporário, com a atribuição de apresentar ao Plenário do CGen proposta de definição de "características distintivas próprias", criada pela Deliberação CGen nº 23, de 15 de agosto de 2017.

RESOLUÇÃO CDPNB nº 20, de 15 de setembro de 2022. Publica as deliberações do Plenário do Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro, em sua sétima reunião, ocorrida em 30 de agosto de 2022.

RESOLUÇÃO MMA/CGEN nº 31, DE 14 DE JUNHO DE 2022. Prorroga o prazo de duração da "Câmara Temática, em caráter temporário, com a atribuição de apresentar ao Plenário do CGen proposta normativa quanto ao uso do óleo de babaçu para produção de sabões e produtos de limpeza, no âmbito da legislação de acesso e repartição de benefícios", criada pela Deliberação CGen nº 58, de 04 de dezembro de 2019.

RESOLUÇÃO MCTI/GM nº 449, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022. Dispõe sobre o prazo para a apresentação de candidaturas à Medalha Nacional do Mérito Científico alusiva ao Bicentenário da Independência do Brasil e o número de entidades que poderão ser agraciadas.

INSTRUÇÃO NORMATIVA MDR/GM nº 31, de 14 de setembro de 2022. Altera a Instrução Normativa nº. 41, de 15 de outubro de 2021, do Ministério do Desenvolvimento Regional, que regulamenta o Programa Especial de Crédito Habitacional ao Cotista do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (Pró-Cotista) e a Instrução Normativa nº. 42, de 15 de outubro de 2021, do Ministério do Desenvolvimento Regional, que regulamenta os Programas Carta de Crédito Individual, Carta de Crédito Associativo e Apoio à Produção de Habitações, integrantes da área de aplicação Habitação Popular, no âmbito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

PORTARIA MAPA/SDA nº 638, de 19 de agosto de 2022. Credencia o Laboratório Agrobiol Consultoria e Assessoria AO para realizar ensaios em amostras oriundas dos programas e controles oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.



NORMAS FEDERAIS



PORTARIA MAPA/SDA nº 639, de 19 de agosto de 2022. Credencia o LCD Laboratório Cearense de Diagnósticos Ltda para realizar ensaios em amostras oriundas dos programas e controles oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

PORTARIA MDR/GM nº 2.631, de 23 de agosto de 2022. Institui a Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais do Ministério do Desenvolvimento Regional.

PORTARIA MMA/IBAMA nº 66, de 31 de agosto de 2022. Altera o Anexo da Portaria Ibama nº 2.275, de 28 de setembro de 2020, que divulga a listagem dos atos normativos inferiores a Decreto vigentes no âmbito do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências.

PORTARIA MME/ANP nº 142, de 1º de setembro de 2022. Altera a Portaria nº 9, de 23 de março de 2021, que regulamenta o Programa de Gestão que possibilita a realização de teletrabalho no âmbito da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.

PORTARIA MMA/ICMBIO nº 716, de 1º de setembro de 2022. Cria o Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental e do Refúgio de Vida Silvestre da Ararinha Azul, no Estado da Bahia (Processo nº 02124.000349/2019-99).

PORTARIA MJSP/GM nº 167, de 5 de setembro de 2022. Dispõe sobre a prorrogação do emprego da Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária para treinamento e sobreaviso.

PORTARIA MAPA nº 486, de 5 de setembro de 2022. Altera a Portaria MAPA nº 427, de 27 de abril de 2022, que "Incorpora ao ordenamento jurídico nacional o Regulamento Técnico MERCOSUL de Identidade e Qualidade da Cebola, aprovado pela Resolução GMC - MERCOSUL nº 04/21 e revoga ato normativo vigente sobre a matéria".

PORTARIA MME/GM nº 685, de 5 de setembro de 2022. Divulgar, para Consulta Pública, a minuta de Portaria Normativa contendo as normas e procedimentos complementares relativos à cessão de uso onerosa para exploração de central geradora de energia elétrica offshore no regime de produção independente de energia ou de autoprodução de energia, de que trata o Decreto nº 10.946, de 25 de janeiro de 2022.



NORMAS FEDERAIS



PORTARIA MME/GM nº 686, de 5 de setembro de 2022. Divulgar, para Consulta Pública, a minuta de Portaria Interministerial que cria o Portal Único para Gestão do Uso de Áreas Offshore para Geração de Energia, de que trata o Decreto nº 10.946, de 25 de janeiro de 2022.

PORTARIA MC/GM nº 808, de 5 de setembro de 2022. Dispõe os critérios de priorização para concessão do Auxílio Esporte Escolar, bem como estabelece procedimentos para sua gestão e operacionalização.

PORTARIA MDR/GM nº 2.745, de 5 de setembro de 2022. Regulamenta a concessão de subvenção econômica com recursos do Orçamento Geral da União, alocados por meio de emenda parlamentar, às operações de crédito com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) firmadas com pessoas físicas no âmbito dos programas da área de Habitação Popular.

PORTARIA MDR/GM nº 2.747, de 5 de setembro de 2022. Altera a Portaria n. 1.005, de 25 de maio de 2021, que dispõe sobre os procedimentos para enquadramento de beneficiários das operações do Programa Casa Verde e Amarela.

PORTARIA SEMPI/MCTI nº 6.268, de 5 de setembro de 2022. Reconhece investimentos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) decorrentes de tecnologias desenvolvidas no País, de acordo com o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e a Portaria MCTI nº 4.514, de 2 de março de 2021, e reconhece a condição de bens e produtos desenvolvidos no País, de acordo com a Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006.

PORTARIA MC/SEDS/SNAS nº 97, de 6 de setembro de 2022. Torna pública lista anexa das programações financeiras referente à emenda parlamentar de relatoria do exercício de 2022 executadas pela Unidade Gestora 330013 - Fundo Nacional de Assistência Social, por meio do Sistema de Gestão de Transferências Voluntárias - SIGTV.



NORMAS FEDERAIS



PORTARIA MAPA/SPA nº 36, de 8 de setembro de 2022. Informa o percentual do bônus de desconto, referente ao PGPAF, a ser concedido no pagamento de parcelas ou na liquidação das operações de crédito rural do Pronaf, para produtos que tiveram preço de mercado inferior ao preço de garantia.

PORTARIA MMA/IBAMA nº 82, de 12 de setembro de 2022. Atualizar os anexos Anexos I, II, III, IV e V da Portaria Normativa 2, de 17 de fevereiro de 2022.

PORTARIA SPA/MAPA nº 289, de 12 de setembro de 2022. Aprova o Zoneamento Agrícola de Risco Climático - ZARC para a cultura do Algodão Herbáceo no estado do Pará, ano-safra 2022/2023.

PORTARIA INTERMINISTERIAL PR/CC nº 678, de 12 de setembro de 2022. Dispõe sobre medidas excepcionais e temporárias para entrada no País, nos termos da Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020.

PORTARIA MCTI/CNPQ nº 1.032, de 12 de setembro de 2022. A modalidade de bolsa Desenvolvimento Tecnológico (DTC) destinada à implementação de Programas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), conforme definido no artigo 1º da Portaria CNPq nº 530, de 29 de junho de 2021, publicada no DOU, em 1º de julho de 2021, Seção 1 páginas 5 e 6, passa a vigorar com a seguinte alteração:

PORTARIA GM/MD nº 4.812, de 12 de setembro de 2022. Aprova a Diretriz Ministerial para orientar o emprego das Forças Armadas na garantia da votação e apuração do pleito eleitoral de 2022, nas localidades e municípios que forem solicitados pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE.

PORTARIA SCS/GSI/PR nº 112, de 13 de setembro de 2022. Aprovar o Plano Nacional para Situações de Emergência Nuclear, na forma do Anexo a essa Portaria.

PORTARIA GM/MMA nº 236, de 13 de setembro de 2022. Tornar público o Regimento Interno do Comitê Gestor do Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios - FNRB, na forma do Anexo a esta Portaria, que se encontra disponível no endereço eletrônico "<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade/patrimoniogenetico/reparticao-de-beneficios-1/fundo-nacional-para-a-reparticao-de-beneficios/atos-e-decisoes>".

PORTARIA MMA/IBAMA nº 91, de 14 de setembro de 2022. Estabelece normas, critérios e padrões para exportação e importação de peixes de águas continentais, marinhas e estuarinas, com finalidade ornamental e de aquariofilia.



ZONEAMENTO AGRÍCOLA Risco Climático

NORMAS FEDERAIS



PORTARIA MMA/IBAMA nº 92, de 14 de setembro de 2022. Aprova o Regimento Interno do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.

PORTARIA MJSP nº 154, de 14 de setembro de 2022. Dispõe sobre o emprego da Força Nacional de Segurança Pública, em apoio à Fundação Nacional do Índio, no Estado do Pará.

PORTARIA MMA nº 232, de 14 de setembro de 2022. Define critérios que incentivam o financiamento de programas e os projetos para Escolas +Verdes.

PORTARIA ME/GM nº 668, de 14 de setembro de 2022. Institui Grupo de Trabalho, de caráter técnico, no âmbito do Ministério da Educação - MEC, para apresentar subsídios com vistas à regulamentação da oferta dos cursos de graduação em Direito, Odontologia, Psicologia e Enfermagem, na modalidade a distância, e dispõe sobre o sobrestamento dos processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação, na modalidade a distância.

PORTARIA MAPA/SDA nº 652, de 15 de setembro de 2022. Dispõe sobre a implantação do Programa de Gestão no âmbito da Secretaria de Defesa Agropecuária.

PORTARIA MAPA/SDA nº 653, de 15 de setembro de 2022. Altera a Instrução Normativa nº 71, de 24 de julho de 2020, que aprova o Regulamento Técnico que fixa a identidade e os requisitos de qualidade que deve atender o queijo cremoso ou cream cheese.

PORTARIA MAPA/SDA nº 654, de 16 de setembro de 2022. Atualiza os requisitos fitossanitários para a importação de sementes e de grãos de milho (*Zea mays*) produzidas na Índia.



NORMAS ESTADUAIS



LEI nº 9.684, de 2 de setembro de 2022. Declara como patrimônio cultural de natureza material e imaterial, paisagístico e ambiental do Estado do Pará, a Praia do Atalaia, em Salinópolis.

LEI nº 9.685, de 2 de setembro de 2022. Declara como patrimônio cultural de natureza imaterial do Estado do Pará, a Corrida de Cavalo Marajoara, do Município de Ponta de Pedras.

LEI nº 9.686, de 2 de setembro de 2022. Declara como patrimônio cultural de natureza material e imaterial, paisagístico e ambiental do Estado do Pará, a Praia das Corvinas, em Salinópolis.

LEI nº 9.687, de 6 de setembro de 2022. Institui a Campanha de Conscientização contra o Abandono de Animais, no âmbito do Estado do Pará.

LEI nº 9.688, de 6 de setembro de 2022. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação da Comunidade Remanescente de Quilombos Iorubá de Santa Luzia do Bom Prazer – Vila Poacê, Município de Moju.

LEI nº 9.689, de 6 de setembro de 2022. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Agroextrativista de Pescadores e Pescadoras, Aquicultores e Aquicultoras, Pequenos Agricultores e Agricultoras de Santa Cruz do Arari (APAGASA), com sede e foro na Cidade de Santa Cruz do Arari.

LEI nº 9.690, de 6 de setembro de 2022. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Social e Beneficente Distrital (ASBED).

LEI nº 9.691, de 6 de setembro de 2022. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Família Feliz de Marabá, Sul e Sudeste do Pará (IFAM), com sede e foro no Município de Marabá.

LEI nº 9.693, de 6 de setembro de 2022. Dispõe sobre o Dia Estadual de Defesa dos Direitos e Prerrogativas dos Advogados.



NORMAS ESTADUAIS



LEI nº 9.693, de 6 de setembro de 2022. Dispõe sobre o Dia Estadual de Defesa dos Direitos e Prerrogativas dos Advogados.

LEI nº 9.696, de 9 de setembro de 2022. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Instituição Evangélica Social Brasileira (INESB).

LEI nº 9.697, de 9 de setembro de 2022. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Restaurando Vidas.

DECRETO de 8 de setembro de 2022. Declara luto oficial pelo naufrágio da embarcação na Ilha de Cotijuba, na região de Belém do Pará, no dia 08 de setembro de 2022 e dá outras providências.

PORTARIA nº 627, de 31 de agosto de 2022. Renova o Conselho Gestor da Unidade de Conservação da Natureza Floresta Estadual (FLOTA) do Paru.

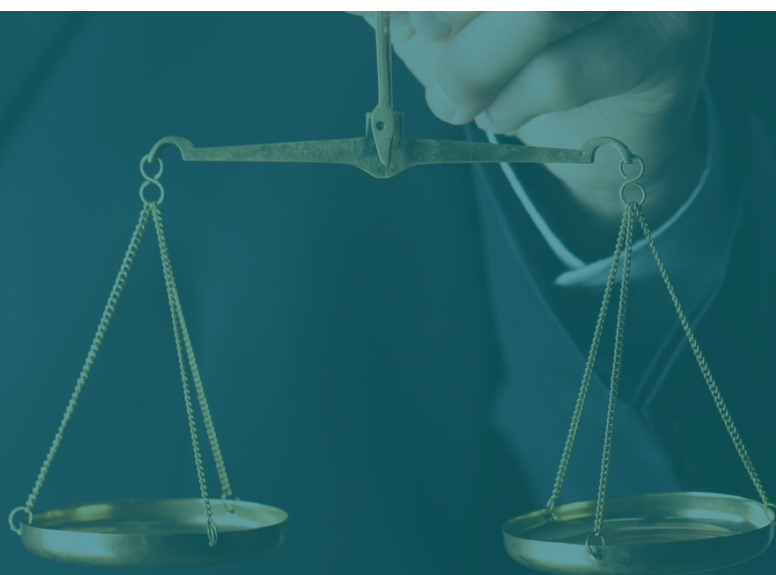
PORTARIA SEPLAD nº 0258, de 05 de setembro de 2022. Altera a Portaria n. 169, de 27 de junho de 2022, que dispõe sobre a Comissão Especial de Licitação, encarregada da licitação para a contratação de empresa/instituição especializada na realização de concursos públicos, visando realização de Concurso Público para a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade-SEMAS.

PORTARIA SEMAS nº 2.137, de 12 de setembro de 2022. Alterar o resultado das metas institucionais da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS, referente ao décimo primeiro ciclo de Avaliação da GDGA, do Núcleo de Governança das Águas e do Clima – NUGAC, conforme anexo único que faz parte integrante desta Portaria.

MENSAGEM GG nº 074, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022. Venho comunicar a Vossas Excelências que, nos termos do art. 108, § 1º, da Constituição Estadual, resolvi vetar integralmente o Projeto de Lei nº 203/21, que “Estabelece multas e sanções administrativas a quem praticar maus-tratos contra animais no âmbito do Estado do Pará”.

DIA ESTADUAL

Defesa dos Direitos e Prerrogativas dos Advogados



11

NORMAS MUNICIPAIS



DECRETO nº 105.122, de 08 de setembro de 2022. Declara luto oficial em razão das mortes registradas pelo naufrágio da embarcação “Dona Lourdes II”, ocorrido nas proximidades da praia da Saudade, na ilha de Cotijuba, em Belém.

*Publicado na edição nº 14.555 do DOM, em 09/09/2022. P. 02.



12



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
E SUSTENTABILIDADE

Visite nosso site:
www.semas.pa.gov.br